

Ainda há luta!
Para a Representação dos Trabalhadores e Trabalhadoras a luta só termina com a vitória!



A luta das Entidades de Representação dos trabalhadores e trabalhadoras do Setor Elétrico que compõem o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) contra a privatização da Eletrobrás, começou quando o golpista Michel Temer, então à frente do governo em 2018, assinou a inclusão da Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização (PND) e encaminhou à Câmara o PL 9.463. Acirrou-se no governo do "Inelegível", com a conversão da MP 1.021/21 na Lei 14.182/21, e mesmo diante da efetiva privatização, um verdadeiro crime de lesa-pátria, em 2022, não arrefeceu.

Desde o início da armação que culminou na privatização não nos omitimos. Fomos para as ruas, participamos de comissões e audiências públicas em defesa da Eletrobrás e um grande número de espaços de discussão foi criado nacionalmente por pressão das Entidades. Inúmeras ações judiciais, denúncias, subsídios técnicos e propostas para impedir a entrega a preço de banana da maior empresa de energia elétrica da América Latina enviados foram aos órgãos competentes (ANEEL, TCU, CGU, MPF, CVM, partidos, etc.). Em nenhum momento baixamos as armas!

Nos últimos cinco anos, só a AEEL produziu com assessoria técnica e jurídica, mais de 250 informes confrontando declarações, convocando para atos e audiências públicas e toda a sorte de manifestações chamando a atenção da grande mídia para os desmandos dos privatistas e em favor da Eletrobrás pública.

Com o fim do desastroso governo de extrema direita, apostamos nossas fichas no espírito socialista, no bom-senso e nas propostas em favor da melhoria de vida do povo brasileiro representadas pela candidatura do Presidente Lula que, diante de um cenário de terra arrasada, precisou usar de toda sua inteligência e sagacidade política para montar um governo e vencer as eleições pela terceira vez no país. Como apoiadores dessa candidatura, conseguimos incluir na

campanha à presidência e no plano de governo do presidente Lula o debate sobre a reestatização da Eletrobras.

Contudo, o desmantelamento da privatização nos moldes em que foi aprovada (uma fábrica de jabutis para contemplar a todos, menos ao povo brasileiro e as alianças necessárias para conseguir o apoio das Casas Legislativas, predominantemente conservadoras) não seria fácil, sabíamos disso desde o início. As declarações do presidente durante a campanha nos faziam acreditar que alguma saída poderia ser encontrada.

O governo Lula, então, via Advocacia-Geral da União (AGU), entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.385/23 no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando o modelo de privatização da Eletrobras (que limita poder de voto da União a 10%, mesmo tendo esta 43% de ações). Na prática, o governo Lula quer resguardar o patrimônio e o interesse públicos. E assegurar o direito da União de votar de forma proporcional à participação que ela detém no capital social da empresa. Mesmo tendo Nunes Marques (indicado do “Furta-joias” ao STF) na relatoria, nos sentimos contemplados. Era uma ação efetiva do governo Lula em favor do povo brasileiro e de uma categoria que se empenhou para reeleger-lo!

Nossa jornada por justiça pela Eletrobras e toda a imensa responsabilidade social e soberania nacional, além, é claro, dos nossos direitos como trabalhadores e trabalhadoras da Companhia, é longa e têm deixado pedaços pelo caminho. Muitos se sentem desestimulados, outros jogaram a toalha, outros passaram a duvidar da própria capacidade do governo em governar, enfim, é o preço a se pagar.

Mas nossa luta pela ingerência do governo nas decisões da Eletrobras continua. Porque nossa luta não é individual é coletiva. É para melhores condições de trabalho e da preservação dos direitos da categoria, mas é também por melhores condições de vida da população brasileira na qual estamos todos incluídos. É por um salário justo e vida digna para a categoria? É lógico! Mas isso também é extensivo ao povo brasileiro, que sem a mão no Estado na Eletrobras ficará às escuras e não contará com programas como o Luz para todos, por exemplo.

Também registramos nossa indignação à forma desrespeitosa com a qual o governo Bolsonaro tratou os trabalhadores (as) concursados menosprezando seus esforços e dedicação ao serviço público, destruindo seus sonhos com uma canetada política. Os trabalhadores não são culpados, pela “bandidagem” utilizada para privatizar a Eletrobras, não podem continuar sendo demitidos!

AEEL e as entidades de representação que compõem o CNE querem e vão ter acesso aos fóruns que discutem o futuro da energia no país. Querem e estão atuando em Brasília junto a parlamentares que têm a mesma visão coletiva de justiça e que defendem a Eletrobras como patrimônio da nação. Querem e vão ter acesso aos debates das reuniões de conciliação no âmbito da ADI 7.385/23. Querem e vão ter acesso ao grupo de trabalho constituído via Portaria nº 177, de fevereiro de 2024 que tem por finalidade acolher e sistematizar percepções e propostas da sociedade civil, relacionadas aos processos recentes de desestatizações no setor elétrico e suas consequências. No nosso caso, debater e discutir os efeitos negativos do processo de privatização da Eletrobras e suas consequências aos trabalhadores visando preservar seus direitos e garantias.

Entregamos nossas pautas de reivindicações, precisamos estar inseridos no debate do governo para suas pretensões para com a Eletrobras, bem como o futuro das nossas Fundações de Previdência Privada.

Nesse processo de resistência das entidades e da categoria eletricitária, mudaram alguns atores e condições, mas, mesmo com reveses, nossa resistência continuou. Eles têm consciência que existem adversários que os assombram desde o início da luta contra a privatização e que até hoje não se deram por vencidos: os aguerridos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras!

Portanto, não podemos desanimar ou combalir, diante de declarações que por qualquer motivo frustrem nossas expectativas. Temos que prosseguir. Ainda tem luta sim!

***Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.***

Bertolt Brecht

**A diretoria, 12 de março de 2024.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.**

Se você não deseja mais receber nossos e-mails, [cancele a sua inscrição](#).